

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1212341 - RS
(2017/0305570-0)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORES : EVANDRO GENZ - RS041384
JOSE NEI RABUSKE XAVIER E OUTRO(S) - RS027743
EMBARGADO : JOSEFINA PARISE
ADVOGADOS : MARÍLIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI -
RS011748
SAMANTHA BLUME PICORAL E OUTRO(S) -
RS094572

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. TEMA AFETADO COMO REPETITIVO. SOBRESTAMENTO.

1. Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material.
2. A questão jurídica referente à definição sobre a configuração do ato de aposentadoria de servidor público como negativa expressa da pretensão de reconhecimento e cômputo, nos proventos, de direito não concedido enquanto o servidor estava em atividade, à luz do art. 1º do Decreto 20.910/1932 e da Súmula 85/STJ, foi submetida à Primeira Seção, para ser julgada pela sistemática dos recursos repetitivos (REsp 1.772.848/RS e 1.783.975/RS).
3. Embargos acolhidos a fim de tornar sem efeito o julgamento anterior e determinar a devolução dos autos à origem para aguardar o julgamento dos recursos repetitivos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher os embargos de declaração, com efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 11 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator